

## Pregão/Concorrência Eletrônica

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PREGÃO ELETRÔNICO CRMV-CE NO 01/2023.  
RECURSO ADMINISTRATIVO

SERCON – SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº. 30.575.816/0001-04, com endereço na Rua 68 nº. 60, Prefeito José Walter, Cep.: 60.750-820, Fortaleza – Ceará, vem, tempestivamente através de seu representante legal, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

pelas razões a seguir expostas, requerendo para tanto sua apreciação, julgamento e admissão, dentro do prazo legal estipulado, conforme item 12.2.3 do edital.

#### 3. DA HABILITAÇÃO

Haja vista que a empresa vencedora apresentou alguns atestados que merecem ser investigados.

A empresa CRE SERVIÇOS apresentou um atestado de capacidade técnica no qual prestou serviços de 01/11/2019 a 02/05/2023 a ELETROTERMICA ELETRICIDADE TELECOMUNICAÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA, porém a declarante do atestado apresenta CNPJ inapto desde 26/01/2022 consultando seu cartão de CNPJ no site da Receita Federal.

Causa uma certa estranheza uma empresa que está inapta desde 26/01/2022 e fornecer um atestado esse ano na data de 22 de junho de 2023.

Pelos motivos seria cabível a realização de diligência para aclarar o fato, como por exemplo a solicitação de apresentação das gfijs do período referente a este contrato.

Haja vista que a própria lei dispõe sobre a realização para esclarecer qualquer dúvida que houve em relação à mesma, o qual encontra-se previsto no art. 43, § 3º, da Lei nº. 8.666/93, in verbis:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Este também é o entendimento pacificado do Tribunal de Contas da União, senão vejamos:

"9.6. comunicar à DR/SPM/ECT que, na condução de licitações, falhas sanáveis ou meramente formais, identificadas na documentação das proponentes, não devem levar necessariamente à inabilitação ou à desclassificação, cabendo à comissão de licitação promover as diligências destinadas a esclarecer dúvidas ou complementar o processamento do certame, conforme decisões do Tribunal de Contas da União (v.g. Acórdãos 2.459/2013, 3.418/2014 e 3.340/2015, todos do Plenário);" (ACÓRDÃO Nº 61/2019 – TCU – Plenário)

"O TCU da ciência à (omissis) que '(...) as omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não ensejam necessariamente a antecipada desclassificação das respectivas propostas, devendo a administração pública promover as adequadas diligências junto às licitantes para a devida correção das eventuais falhas, sem a alteração, contudo, do valor global originalmente proposto, em consonância, por exemplo, com os Acórdãos 2.546/2015, 1811/2014 e 187/2014, do Plenário do TCU; 9.4.2. a eventual preclusão do direito de recurso por perda de prazo, nos termos do artigo 45, § 1º, da Lei nº 12.462, de 2011, não se confunde com o poder-dever de a administração rever os seus atos eivados de ilegalidade, nos termos do artigo 63, § 2º da Lei nº 9.784, de 1999, e da Súmula nº 473 do STF." (Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 830/2018, Plenário).

"O TCU da ciência ao (omissis) de que '(...) o excesso de rigor e formalismo identificado na aferição das propostas técnicas fere o princípio da seleção da proposta mais vantajosa, previsto no artigo 3º da Lei 8.666/1993 e pode ser mitigado através de diligências, conforme dispõe o artigo 43, § 3º da Lei 8.666/1993; 9.4.2. a inobservância do princípio da isonomia, no tratamento desigual dado aos licitantes no cômputo da pontuação de suas propostas técnicas desrespeita o artigo 3º da Lei 8.666/1993; 9.4.3. a falta de motivação dos atos administrativos, a exemplo da ausência, no processo licitatório objeto desta Representação, das razões para a desclassificação da representante, em desacordo com o disposto no artigo 50, inciso I e § 1º da Lei 9.784/1999." (Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 581/2018, Plenário).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - INABILITAÇÃO - VÍCIO SANADO TEMPESTIVAMENTE - OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO - DECISÃO REFORMADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. O princípio do formalismo moderado garante a possibilidade da correção de falhas ao longo do processo licitatório, isso sem desmerecer o princípio da vinculação ao instrumento convocatório." (TJ-MS - AI: 14082527020188120000 MS 1408252-70.2018.8.12.0000, relator: des. Amaury da Silva Kuklinski, data de julgamento: 23/1/2019, 4ª Câmara Cível, data de publicação: 27/1/2019)

#### "ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – FORMALIDADES: CONSEQUÊNCIAS

1. Repudia-se o formalismo quando é inteiramente desimportante para a configuração do ato. 2. Falta de assinatura nas planilhas de proposta da licitação não invalida o certame, porque rubricadas devidamente. 3. Contrato já celebrado e cumprido por outra empresa concorrente, impossibilitando o desfazimento da licitação, sendo de efeito declaratório o mandado de segurança. 4. Recurso provido." (Superior Tribunal de Justiça, RMS 15.530/RS, rel. min. Eliana Calmon, 2ª Turma, j. em 14/10/2003, DJ 1/12/2003, p. 294).

"No mesmo sentido é o posicionamento do TCU (BRASIL, TCU, 2009b), senão vejamos:

"As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão-somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências (sic) ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado."

Vale ressaltar que conforme súmula nº. 222 do Tribunal de Contas da União as decisões deste tribunal referentes à licitação devem ser aplicadas nos Estado e Municípios.

#### SÚMULA Nº 222

As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas

gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

#### 4. PEDIDO

Isto posto, amparada na lei e nos demais dispositivos legais embasadores e fundamentadores, requer, o recebimento do presente recurso, com o seu deferimento, em sua integralidade, requerendo diligência para aclarar o fato de que a empresa CRE SERVIÇOS apresentou um atestado de capacidade técnica no qual prestou serviços de 01/11/2019 a 02/05/2023 para a ELETROTERMICA ELETRICIDADE TELECOMUNICAÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA , porém a declarante do atestado apresenta CNPJ inapto desde 26/01/2022, consultando seu cartão de CNPJ no site da Receita Federal, sendo que este fora emitido em 22/06/2023, conforme fatos e fundamentos jurídicos expostos acima.

Fortaleza, 21 de julho de 2023.

Márcio Carneiro de Albuquerque  
RG: 91027011937  
CPF:506546593-20  
Sócio-Administrador  
SERCON – SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA

**Fechar**